

Governo da Região Administrativa Especial de Macau

Comissão de Registo dos Auditores e dos Contabilistas

Ano de 2018 (1.ª Época)

**Prestação de Provas para registo como contabilista e
técnico de contas**

Código Comercial

10 de Junho de 2018

Enunciado da Prova

O enunciado é composto por **11** páginas (incluindo a presente)

Parte I – Resposta única (10 perguntas, 1.5 pontos cada, total de 15 pontos)

1. Nos termos do Código Comercial, qual dos sujeitos abaixo pode ser membro da administração de uma sociedade? ()
 - a) Qualquer pessoa singular ou colectiva com plena capacidade jurídica
 - b) Deve ser necessariamente uma pessoa colectiva
 - c) Deve ser necessariamente uma pessoa singular com plena capacidade jurídica
 - d) Deve ser necessariamente uma pessoa singular casada com plena capacidade jurídica

2. Nos termos do Código Comercial, e aquando da alienação duma empresa comercial, em que momento é que os créditos relativos à empresa alienada começam a produzir efeitos perante terceiros? ()
 - a) A partir da data em que o devedor manifesta a sua aceitação
 - b) A partir da data em que o devedor é notificado
 - c) A partir da data do registo da alienação
 - d) A partir da data em que o contrato de alienação é assinado

3. Nos termos do Código Comercial, qual a antecedência mínima para se comunicar por escrito ao outro contratante a denúncia de um contrato de feitoria com uma duração inferior a um ano? ()
 - a) 1 mês
 - b) 3 meses
 - c) 6 meses
 - d) 12 meses

4. Das afirmações abaixo, a correcta é: ()
 - a) O sócio que tenha votado desfavoravelmente uma deliberação da sociedade pode, para efeito de impedir a sociedade de executar a deliberação, interpor uma acção de anulação no prazo de 30 dias contados a partir da data em que a deliberação foi tomada
 - b) Se a acção interposta pelo conselho fiscal contra uma deliberação dos sócios for julgada improcedente, os membros do conselho fiscal devem suportar todas as custas judiciais
 - c) As deliberações dos sócios que tenham por objecto direitos especiais de algum ou alguns dos sócios ou categorias de sócios não produzem quaisquer efeitos enquanto os titulares de tais direitos não tiveram dado o seu assentimento, expressa ou tacitamente
 - d) A acção de declaração de nulidade e a acção de anulação de uma deliberação dos sócios devem ser propostas contra a sociedade, assim como contra os sócios que votaram favoravelmente a deliberação.

5. Das afirmações abaixo, a incorrecta é: ()
 - a) O conhecimento de depósito num armazém geral deve conter uma declaração sobre se foram ou não pagos quaisquer impostos devidos, e sobre se foi ou não efectuado seguro dos bens depositados
 - b) O portador do conhecimento de depósito numa armazém geral e da cautela de penhor tem o direito de pedir, à sua custa, a divisão dos bens depositados, e que, por cada uma das respectivas fracções, lhe sejam entregues títulos parciais em substituição do título único e o total, que fica anulado

- c) Um empresário que explora um armazém geral é obrigado a avisar imediatamente o depositante quando surjam alterações nos bens depositados susceptíveis de diminuir o seu valor, sob pena de responder pelos danos causados
- d) Se os bens correrem perigo de se deteriorarem, o empresário que explora um armazém geral pode proceder à venda dos bens depositados sem para o efeito precisar avisar previamente o depositante
6. Em circunstâncias normais, qual o limite percentual de acções próprias que uma sociedade anónima poderá adquirir correspondentes ao seu capital? ()
- a) 5%
- b) 10%
- c) 20%
- d) 25%
7. Dos conceitos abaixo, o incorrecto é ().
- a) Depósito bancário é o contrato pelo qual uma pessoa entrega a um banco uma soma de dinheiro ou bens móveis, para que este os guarde e restitua quando para tal solicitado
- b) Desconto bancário é o contrato pelo qual o banco, mediante prévia dedução dos juros, antecipa ao cliente o montante de um crédito sobre um terceiro ainda não vencido, contra a cessão do referido crédito e com a ressalva de boa cobrança
- c) Locação financeira é o contrato pelo qual uma das partes se obriga, mediante retribuição, a proporcionar à outra o gozo temporário de uma coisa adquirida ao próprio locatário ou a terceiro, ou construída por indicação do mesmo locatário, e que este pode comprar, decorrido o período acordado, por um preço nele determinado ou determinável mediante simples aplicação dos critérios nele fixados
- d) Garantia autónoma é o contrato pelo qual uma das partes se obriga a pagar à outra uma quantia, determinada ou determinável, logo que esta o solicite, acompanhada ou não de certos documentos relacionados com a obrigação, para o caso de se verificar um determinado risco ou evento.
8. Nos termos do Código Comercial, os promotores da constituição de uma sociedade anónima com recurso a subscrição pública devem subscrever e realizar acções cujos valores nominais somem pelo menos: ()
- a) 1 milhão de patacas ou 10% do capital
- b) 1 milhão de patacas
- c) 20 % do capital
- d) 1 milhão de patacas ou 20% do capital
9. Nos termos do Código Comercial, qual o prazo para o portador de um cheque exercer os seus direitos de acção contra os endossantes, sacador ou outros devedores comuns? ()
- a) No prazo de 3 meses após ter expirado o prazo para a apresentação
- b) No prazo de 5 meses após ter expirado o prazo para a apresentação
- c) No prazo de 6 meses após ter expirado o prazo para a apresentação
- d) No prazo de 1 ano após ter expirado o prazo para a apresentação

10. Nos termos do disposto no Código Comercial relativamente à antecipação bancária, quando pode o banco exigir ao devedor um reforço da garantia nos termos gerais? ()
- a) Se o valor da garantia diminuir em pelo menos um décimo relativamente ao seu valor de mercado
 - b) Se o valor da garantia diminuir em pelo menos um décimo relativamente ao seu valor no momento da celebração do contrato
 - c) Se o valor da garantia diminuir em pelo menos um quinto relativamente ao seu valor de mercado
 - d) Se o valor da garantia diminuir em pelo menos um quinto relativamente ao seu valor no momento da celebração do contrato

Parte II – Verdadeiro ou falso (10 perguntas, 2 pontos cada, total de 20 pontos)

(Para além de seleccionar verdadeiro ou falso, deverá ainda expor os respectivos fundamentos e as correspondentes disposições do Código Comercial)

1. A firma pode ser anulada através de acção judicial intentada pelo interessado no prazo de 6 meses a contar da data da concessão do registo.

Verdadeiro Falso Fundamentação:

2. Sem prejuízo do disposto em disposições especiais, o número e espécies de livros de qualquer empresário comercial e a forma da sua arrumação ficam inteiramente ao seu critério.

Verdadeiro Falso Fundamentação:

3. Em qualquer circunstância, a escrituração mercantil apenas pode ser efectuada numa das línguas oficiais do território, todavia os valores podem ser indicados em qualquer moeda, desde que o sejam também em patacas.

Verdadeiro Falso Fundamentação:

4. O Alberto foi despedido de uma determinada empresa, sendo que esta ainda não lhe pagou na totalidade a indemnização devida. Posteriormente, a Beatriz alienou a empresa ao Carlos. Nestes termos, a Beatriz é ainda responsável pelo pagamento da indemnização ao Alberto?

Verdadeiro Falso Fundamentação:

5. A Ana alienou o seu salão de beleza à Bruna no dia 20 de Fevereiro de 2017. A Ana começou posteriormente a explorar um outro salão de beleza, algo que a Bruna descobriu no dia 19 de Junho de 2017, tendo interposto uma acção judicial contra a Ana no dia 20 de Novembro de 2017, exigindo-lhe que encerre imediatamente o seu novo salão de beleza. Esta acção é correcta?

Verdadeiro Falso Fundamentação:

6. O Alexandre (sócio de uma determinada empresa) deseja exercer o seu direito à informação, exigindo à empresa que lhe forneça toda a informação relevante para a mesma. Se o seu pedido for rejeitado, existem ou não outras maneiras para obter a informação societária?

Verdadeiro Falso Fundamentação:

7. A sociedade de produção ABC produz um determinado tipo de bebida saudável que se encontra à venda no mercado há vários anos. Todavia, descobriu-se este ano que um determinado ingrediente utilizado na produção desta bebida é cancerígeno. Como a técnica utilizada neste exame apenas foi

desenvolvida nos últimos anos, a sociedade de produção ABC não poderá ser civilmente demandada relativamente a esta bebida.

Verdadeiro Falso Fundamentação:

8. Nos termos do Código Comercial e após a ocorrência de um acidente, a seguradora poderá resolver o contrato mediante o envio de uma carta registada com aviso de recepção ao tomador do seguro, ao segurado ou ao beneficiário, resolução essa que produzirá efeitos a partir da data da recepção da carta registada.

Verdadeiro Falso Fundamentação:

9. Os sócios podem consultar o livro de actas da assembleia geral a todo o tempo.

Verdadeiro Falso Fundamentação:

10. Nos termos do Código Comercial, no âmbito de uma conta corrente criada em nome de várias pessoas, apenas são permitidos levantamentos/depósitos conjuntos.

Verdadeiro Falso Fundamentação:

Parte III – Escolha múltipla (5 questões, 3 pontos cada, total de 15 pontos)

1. O alienante de uma empresa comercial é obrigado a: ()
 - a) Entregar as listas nominativas dos activos
 - b) Entregar as listas de fornecedores e financiadores
 - c) Entregar as listas nominativas de clientes
 - d) Entregar os segredos de comércio e fabrico patenteados
 - e) Disponibilizar, para consulta e cópia, a escrituração e demais correspondência relativas à empresa pelo prazo de 3 anos

2. Nos termos do Código Comercial, qual/quais das afirmações abaixo é/são correcta(s): ()
 - a) O usufrutuário goza de discricionariedade técnica e económica inerentes ao exercício do tipo de empresa comercial em causa
 - b) O usufrutuário pode, sem consentimento do proprietário de raiz, por si, através ou por conta de terceiro, explorar empresa idêntica à que constitui objecto do usufruto
 - c) O proprietário de raiz não tem, em nenhuma circunstância, o direito de exigir que a empresa comercial seja locada ou que a sua exploração seja entregue a um administrador
 - d) O usufrutuário tem direito a uma compensação, calculada segundo a equidade, quando, por facto seu, a empresa tenha aumentado substancialmente de valor
 - e) A cessação do usufruto de empresa está sujeita a registo e deve ser divulgada por meios idóneos, nomeadamente publicação no Boletim Oficial da RAEM

3. Nos termos do Código Comercial, qual/quais das regras que se seguem relativas às sociedades anónimas é/são incorrectas: ()
 - a) A realização das acções que devam ser realizadas em dinheiro pode ser diferida até 50% do seu valor nominal
 - b) A realização só pode ser diferida por um prazo não superior a 1 ano, e para data certa e determinada ou a determinar pela administração
 - c) Se competir à administração determinar a data e esta o não fizer, a obrigação de realizar as acções vence-se no prazo de 5 anos a contar da data de registo do acto constitutivo da sociedade ou da deliberação de aumento de capital
 - d) O pagamento do prémio de emissão pode ser diferido
 - e) Cada sócio responde apenas pela realização das acções que tenha subscrito

4. Qual/quais dos fundamentos que se seguem é/são considerados justa causa para a recusa de alojamento: ()
 - a) Não ter o hóspede meios para pagar os depósitos?? da hospedagem
 - b) Não ter o hóspede meios para pagar os custos da hospedagem
 - c) Todo e qualquer comportamento do hóspede ou dos seus acompanhantes contrário ao princípio da boa-fé

- d) Todo e qualquer comportamento do hóspede ou dos seus acompanhantes contrário à ordem pública e aos bons costumes, ou que seja de molde a perturbar a tranquilidade dos demais hóspedes ou o normal funcionamento da pousada
 - e) Estar o hóspede acompanhado de animais, ou ser portador de armas de fogo, bens tóxicos, explosivos, insalubres ou malcheirosos
5. Qual/quais das condições que se seguem deve/devem ser satisfeitas pela deliberação que determine a redução do capital? ()
- a) Independentemente da modalidade de redução do capital, deve-se sempre mencionar quais as partes atingidas pela redução
 - b) Mencionar se o valor nominal das participações é reduzido ou se há extinção de participações
 - c) A situação líquida da sociedade ficar a exceder a soma do capital, da reserva legal e das reservas estatutárias obrigatórias em, pelo menos 20%
 - d) A situação líquida acima mencionada deve ser comprovada por meio de relatório a elaborar por auditor ou sociedade de auditores
 - e) Esclarecer a finalidade da redução de capital

Parte IV – Perguntas de resposta curta (4 questões, 5 pontos por cada, total de 20 pontos)

(Deverá indicar as disposições legais correspondentes, e expor o seu entendimento sobre cada matéria)

1. O que se entende por capacidade comercial? Que limitações consagra o Código Comercial relativamente à capacidade comercial?
2. Descreva sucintamente os requisitos de escrituração mercantil consagrados no Código Comercial, assim como os tipos e finalidades dos livros de escrituração mercantil
3. O João deslocou-se a Macau para participar numa reunião anual da empresa no Natal de 2017. A empresa procedeu à reserva de um quarto de hotel para o João, tendo ficado definido que o mesmo efectuará a entrada no hotel antes das 15h00 do dia 24 de Dezembro e ficaria responsável pelo pagamento integral do alojamento. Contudo, após a chegada, o João sofreu um terrível acidente de viação quando se deslocava de táxi para o hotel, o que acabou por exigir um considerável período de tempo para resolver e acordar, entre todas as partes envolvidas, a indemnização devida pelo facto de o seu computador portátil se ter danificado devido ao acidente. O João acabou por apenas chegar ao hotel às 16h30, tendo-lhe então sido informado que o quarto já não estaria disponível pelo facto de o mesmo não ter efectuado a entrada dentro do período definido. Nestas circunstâncias e nos termos do Código Comercial, tem o João direito a exigir ao hotel que lhe forneça alojamento, assim como uma indemnização pela danificação do seu computador portátil?
4. O que se entende por endosso em branco? Quais as estipulações do Código Comercial sobre a forma e efeitos do endosso em branco?

Parte V – Perguntas de Desenvolvimento (3 questões, 10 pontos cada, total de 30 pontos)

(Deverá indicar as disposições legais correspondentes e aplicá-las, em conformidade, aos diferentes casos)

1. O senhor Si (presidente do conselho de administração da sociedade ABC S.A.) autorizou a senhora Leong (directora financeira da sociedade) a disponibilizar, em nome da sociedade, o montante de 10 milhões de patacas à sociedade BCD Lda. (uma empresa com relações comerciais estreitas com a sociedade ABC S.A.), e a assinar um acordo de empréstimo, assim como a tratar das formalidades relacionadas com a transferência dos fundos. Posteriormente, tendo a sociedade BCD Lda. sentido dificuldades para reembolsar os fundos, o senhor Si garantiu, em nome da sociedade ABC S.A., um empréstimo no valor de 10 milhões de patacas obtido pela sociedade BCD Lda. junto do banco HIJ, a fim de evitar que a sociedade BCD Lda. falhasse o reembolso do capital e dos juros à sociedade ABC S.A., afectando, com isso, o fluxo de caixa normal da sociedade ABC S.A. O senhor Si assinou e apôs o carimbo da sociedade no acordo de empréstimo como garante e em representação da sociedade ABC S.A.

Forneça resposta ao seguinte:

- (1) O acto através do qual o senhor Si (presidente do conselho de administração) autorizou a senhora Leong a conceder um empréstimo à sociedade BCD Lda. é válido? (3 pontos)
- (2) O acto através do qual o senhor Si (presidente do conselho de administração) garantiu, em representação da sociedade ABC S.A., o empréstimo obtido pela sociedade BCD Lda. junto do banco HIJ é válido? (3 pontos)
- (3) Posteriormente, e devido a má gestão, a sociedade BCD Lda. tornou-se insolvente e incapaz de saldar a sua dívida para com a sociedade ABC S.A. Nestas circunstâncias, podem a sociedade ABC S.A. e os seus sócios exigir o reembolso ao senhor Si (presidente do conselho de administração)? (2 pontos)
- (4) Pode o banco HIJ exigir o reembolso à sociedade ABC S.A. e ao senhor Si (presidente do conselho de administração)? (2 pontos)

2. O António e a Beatriz decidiram constituir em conjunto em Macau uma sociedade anónima (ABC S.A.), especializada no desenvolvimento de uma plataforma para pagamentos electrónicos em Macau, assim como de uma plataforma móvel para a promoção do sector turístico de Macau e para a disponibilização de informação sobre comida e bebidas. O capital social é de 2 milhões de patacas, mas, atendendo ao facto de uma parte do mesmo se destinar as finalidades de caixa, tanto o António como a Beatriz efectuaram uma subscrição no valor de 150,000 patacas, sendo que o primeiro a realizou em dinheiro na totalidade, enquanto que a Beatriz realizou o seu investimento na sociedade através do software da plataforma de pagamento por si desenvolvido, avaliado em 150,000 patacas. Todas as formalidades correspondentes foram concluídas no prazo de 3 meses contados da data da constituição da sociedade.

Em face da necessidade de atrair para a sociedade fundos de investimento no futuro, a fim de fortalecer a sua solidez financeira e de expandir a área de influência da sociedade, assim como flexibilizar a entrada dos fundos de investimento no futuro, o António permitiu a existência de acções nominativas e acções ao portador aquando da redacção dos estatutos sociais.

Enquanto não se tinha ainda procedido oficialmente ao registo da sociedade, o António emitiu um cheque, em nome da sociedade, à sociedade BCD Lda., para liquidar necessidades operacionais, o qual foi posteriormente endossado pela sociedade BCD Lda. à sociedade CDE Lda. Devido à insuficiência de verbas na conta sobre a qual o cheque foi emitido, a sociedade CDE Lda. não conseguiu ser paga.

Supondo que a sociedade ABC S.A. foi oficialmente constituída, a mesma emitiu nos termos da lei uma letra de câmbio em nome da sociedade DEF Lda., letra esta que a sociedade DEF Lda. apresentou posteriormente ao aceite da sociedade ABC S.A., a qual a aceitou na condição de que a sociedade DEF Lda. se comprometa a utilizar em exclusivo a plataforma de pagamentos da sociedade ABC S.A.

Perguntas:

- (1) De acordo com o disposto no Código Comercial, analise a validade do momento da constituição da sociedade ABC S.A por parte do António e da Beatriz (5 pontos)
- (2) Analise o acto de emissão do cheque, assim como a responsabilidade pelo respectivo pagamento (3 pontos)
- (3) Analise, da perspectiva do Código Comercial, a validade da emissão da letra de câmbio acima mencionada por parte da sociedade ABC S.A., assim como a validade do acto de aceitação da letra de câmbio por parte da sociedade ABC S.A. (2 pontos)

3. A sociedade ABC Lda. dedica-se à venda de produtos de saúde naturais australianos em Macau. O abastecimento de produtos é habitualmente efectuado pela sociedade através da sociedade BCD Lda. (agente da marca nas regiões de Hong Kong e Macau). A fim de acautelar os interesses de ambas as partes, a sociedade ABC Lda. assinou um contrato com a sociedade BCD Lda., o qual contém cláusulas relativas à marca, quantidade, preço por grosso e métodos de pagamento dos produtos. Devido aos ajustamentos económicos verificados em Macau ao longo dos últimos dois anos, a sociedade ABC Lda. tem-se deparado com dificuldades operacionais e tem sido incapaz de liquidar os produtos à sociedade BCD Lda. nos termos contratualmente acordados. Após numerosas solicitações da parte da sociedade BCD Lda., a sociedade ABC Lda. acabou por emitir um cheque com a sociedade BCD Lda. como beneficiária e com data de emissão de 30 de Abril de 2017. A sociedade BCD Lda. exige que o Armando (sócio da sociedade ABC Lda.) avalize o cheque, pelo que este inscreveu, no respectivo verso, o termo “avalista” e assinou-o em conformidade com a sua assinatura constante do seu documento de identificação, não tendo, todavia, especificado a quem era dado o aval. Posteriormente, a fim de liquidar parcialmente o pagamento de outros bens, a sociedade BCD Lda. transmitiu o cheque à sociedade CDE Lda., por meio de um endosso em branco, sendo que a sociedade CDE Lda. tentou obter o pagamento junto da sociedade ABC Lda., no dia 1 de Dezembro de 2017, mas o mesmo foi-lhe recusado.

Perguntas:

- Que tipo de contrato foi assinado entre as sociedades ABC Lda. e BCD Lda.? (5 pontos)
- Explicita se a sociedade CDE Lda. poderá exigir que as sociedades ABC Lda. e BCD Lda., e o Armando cumpram com as respectivas obrigações relativas ao título. (5 pontos)

— Fim —